

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 0110/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2023

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa **KESSLEY PARANHOS NEVES 10069995907**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 43.860.327/0001-46, estabelecido na Av. José Bonifácio, 2083 – Centro – São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu titular o Sr. KESSLEY PARANHOS, brasileiro, solteiro, portador da RG nº 12.392.963-2 SSP/PR e CPF nº 100.699.959-07, residente e domiciliado na Avenida José Bonifácio, 2083 –centro - São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula primeira – Do objeto – contratação de empresa (s) especializada (s) para prestar serviços de montagem e desmontagem de pneus, consertos de furos com “macarrão”, consertos com vulcanização a frio, colocação de manchão e consertos e trocas de câmaras de ar, nos diversos veículos e maquinários do Município de São José das Palmeiras

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 049/2023, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira – Do preço, condições de pagamento, do reajustamento - O preço é seguinte será de R\$ 39.073,50 (trinta e nove mil e setenta e três reais e cinquenta centavos) até o término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo . As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) até o dia 30 (trinta) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais/serviços, mediante apresentação da nota fiscal. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico contabilidadesj123@gmail.com.

Parágrafo Segundo : Em virtude da IN nº 2145/23 da RFB, publicada no último dia 27 de junho, alterou a IN nº 1234/12 da RFB, bem como o Decreto Municipal n.º 086/2023, a administração pública direta municipal, ao efetuar o pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado, procederá a retenção do imposto de renda (IR) a partir de 01 de setembro de 2023.

Parágrafo Terceiro: Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Parágrafo Quarto: As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Quarta - Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato tem como prazo de vigência até 30 de novembro de 2023, podendo ser prorrogado pela Administração. Caso haja a prorrogação do contrato, os valores poderão ser reajustados com base no INPC dos últimos 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	1000	05.001.12.361.0004.2029	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	1060	05.001.12.361.0004.2030	123	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	1160	05.001.12.361.0004.2033	107	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	1330	05.001.12.361.0004.2034	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	1480	05.001.12.365.0004.2035	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	1680	05.001.12.365.0004.2040	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	1900	05.002.13.392.0005.2045	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	2690	06.002.10.301.0007.2059	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	2940	06.002.10.304.0007.2063	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	2980	06.002.10.305.0007.2064	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	2981	06.002.10.305.0007.2064	49410	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3190	07.001.15.452.0008.2069	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3200	07.001.15.452.0008.2069	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3400	07.001.15.452.0008.2071	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3420	07.001.15.452.0008.2071	510	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3430	07.001.15.452.0008.2071	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3440	07.001.15.452.0008.2071	742	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3590	07.002.26.782.0009.2072	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3600	07.002.26.782.0009.2072	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3610	07.002.26.782.0009.2072	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3620	07.002.26.782.0009.2072	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3630	07.002.26.782.0009.2072	512	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3640	07.002.26.782.0009.2072	742	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3910	08.002.20.606.0010.2080	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3920	08.002.20.606.0010.2080	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3930	08.002.20.606.0010.2080	742	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	4030	09.001.08.244.0012.2081	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	4290	09.002.08.244.0012.2087	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	4560	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	4620	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	4680	09.004.08.242.0012.2095	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	4730	09.005.08.241.0012.2096	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: Os materiais/serviços deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

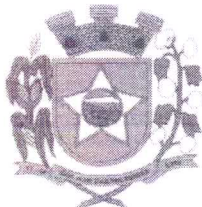
Parágrafo único: A contratada deverá providenciar os serviços em caráter prioritário, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a comunicação/solicitação da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais/serviços entregues e/ou prestados, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nona – A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sr. DOUGLAS DE ALENCAR COLOMBELLI** ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Decima - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira– Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 30 de Novembro de 2023.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

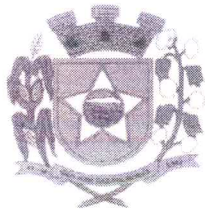
CNPJ: 77.819.605/0001-33




PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante


KESSLEY PARANHOS NEVES 10069995907
Contratado

Testemunhas:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 0110/2023
PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2023.

OBJETO: contratação de empresa (s) especializada (s) para prestar serviços de montagem e desmontagem de pneus, consertos de furos com “macarrão”, consertos com vulcanização a frio, colocação de manchão e consertos e trocas de câmaras de ar, nos diversos veículos e maquinários do Município de São José das Palmeiras

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: KESSLEY PARANHOS NEVES 10069995907

VALOR: R\$ 34.699,50 (trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) até o término do contrato.

VIGÊNCIA: Expira – se em 30 de Novembro de 2024.

São José das Palmeiras, em 30 de Novembro de 2023.

NETON BRUM
Prefeito Municipal